

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano C • Nº 223

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 07 de dezembro de 2023



COSTUREIRAS – Dani Portela: trabalhadoras enfrentam períodos semelhantes às entressafras da agricultura



FISCALIZAÇÃO – “A falta de direitos beira à escravidão”, avaliou Rosa Amorim sobre condições das costureiras



ICMS – Para Lula Cabral, projeto precisa ser revisto pelo Governo do Estado para não prejudicar municípios



CAMARAGIBE – João de Nadegi agradeceu ao Governo por retomar obras que vão beneficiar o município

FOTOS: GIOVANNI COSTA

Parlamentares pedem inclusão de costureiras no ‘Chapéu de Palha’

Redistribuição de ICMS, obras viárias e segurança motivaram pronunciamentos em Plenário

O pedido de inclusão das costureiras do Polo de Confecções do Agreste no programa Chapéu de Palha pautou pronunciamentos na Reunião Plenária de ontem. A iniciativa do Governo do Estado oferece apoio financeiro a trabalhadores rurais e pescadores que têm a renda impactada pela sazonalidade das atividades que exercem. As deputadas Dani Portela (PSOL) e Rosa Amorim (PT) foram à tribuna reforçar o apelo à governadora Raquel Lyra, que será formalizado por elas em conjunto com João Paulo (PT) e Doriel Barros (PT).

De acordo com a psolista, as costureiras atendem aos requisitos do programa, já que enfrentam períodos de queda brusca de demanda e renda semelhantes às entressafras. Além disso, segundo a parlamentar, a maioria delas atua em condições precárias, sem a garantia de

direitos trabalhistas e com baixa remuneração. “Por isso, a gente vem aqui ampliar as vozes delas e fazer esse apelo à governadora do Estado: pense em uma política pública para construir trabalho e renda para essas mulheres com dignidade e respeito”, enfatizou.

Rosa Amorim reforçou o pedido e ressaltou que é preciso regularizar o trabalho das costureiras não apenas em Pernambuco, mas em nível federal. “A falta de direitos beira à escravidão. Se essas mulheres adoecem ou deixam de produzir por qualquer motivo, elas deixam de receber”, apontou. A deputada cobrou das instâncias governamentais a fiscalização das condições de trabalho, a criação de leis trabalhistas e de programas de renda básica e de atenção à saúde das costureiras.

ICMS PARA MUNICÍPIOS

Debatida na Comissão de Assuntos Municipais

pela manhã, a proposta de redistribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) entre os municípios pernambucanos repercutiu no Plenário. Encaminhado pelo Governo do Estado, o Projeto de Lei (PL) nº 1506/2023 prevê um mecanismo de compensação anual para localidades que possam ter perda na arrecadação em 2024. Para isso, a metodologia diminui os repasses a cidades que teriam ganhos de arrecadação.

Primeiro a se manifestar, o deputado Lula Cabral (Solidariedade) defendeu a revisão da proposta e uma maior participação do Estado nas compensações. “Este projeto precisa ser repensado e emendado nas comissões temáticas. O Estado não vai entrar com um centavo para investir, mas vai tirar recursos dos municípios que produzem e que já assumiram compro-

missos para o próximo ano”, criticou.

Segundo levantamento feito pelo parlamentar, o PL impacta negativamente 35 municípios. Cidades da Região Metropolitana como Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, por exemplo, deixarão de receber R\$ 59 milhões e R\$ 128 milhões, respectivamente. Municípios de menor porte, como Saloá e Jucati, no Agreste Meridional, também serão impactados, enquanto cidades com maior força econômica, entre elas Recife e Jaboatão dos Guararapes, não serão afetadas.

Os deputados João de Nadegi (PV) e Joãozinho Tenório (Patriota) destacaram, em apartes, que o PL foi construído coletivamente por um Grupo de Trabalho que envolveu representantes do Poder Executivo, da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e da própria Alepe. “O Governo se

atentou para que nenhuma localidade tenha perda em valor nominal. A preocupação maior é com os municípios mais prejudicados com a atual forma de distribuição”, informou Tenório.

Para João Paulo, o tema exige um aprofundamento. Ele disse concordar que os municípios mais pobres devam contar com mais recursos, mas ressaltou que mesmo as cidades consideradas mais ricas enfrentam níveis muito grandes de desigualdade social. “Se fôssemos analisar do ponto de vista político, Recife, em tese, seria uma cidade que teria que perder alguns recursos, e não ficar com os mesmos recursos em detrimento de outras cidades”, ponderou.

OBRAS VIÁRIAS

A retomada de obras e o anúncio de novos investimentos do Governo do Estado para o município de Camaragibe, na Região

Metropolitana, foram celebrados pelo deputado João de Nadegi. O parlamentar destacou o início da construção de um novo viaduto no Ramal da Arena, estrada que liga o município à BR-408, na entrada da Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata. Nadegi também registrou a retomada de um convênio que garantirá o recapeamento asfáltico em vias da Comunidade das Casinhas.

SEGURANÇA

Joãozinho Tenório foi à tribuna pedir ao Governo do Estado a abertura de um posto policial entre os municípios de Cupira e Belém de Maria, nas regiões do Agreste Central e Mata Sul, respectivamente. O deputado anunciou que vai encaminhar à Secretaria de Defesa Social o pleito no sentido de trazer mais segurança para as localidades.

Continua na página 2

Continuação da página 1

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O deputado José Patriota (PSB) registrou ontem a assinatura do Pacto Pajeú Sustentável pela Prefeitura de Afogados da Ingazeira. Segundo o deputado, a iniciativa, liderada pela ONG holandesa IDH, vai fomentar o desenvolvimento humano e econômico sustentável na região, valorizando, sobretudo, a agricultura familiar.

Patriota ainda comentou a despedida do ex-prefeito e poeta popular Sebastião Dias, realizada na última segunda (4) em Tabira, no Sertão do Pajeú. O deputado, que é natural da cidade, participou das homenagens póstumas ao político. Em aparte, Luciano Duque (Solidariedade) lembrou a convivência fraterna com o ex-prefeito e falou da grande perda para a política e a cultura de Pernambuco. Mário Ricardo (Republicanos) destacou a honra de atuar ao lado de Sebastião Dias em diversas ocasiões, como na

luta pelas questões municipais.

POLÍTICA ANTIDROGAS

Pastor Cleiton Collins (PP) exaltou o trabalho realizado pelas comunidades terapêuticas com usuários de drogas em Pernambuco. O deputado convidou os membros da Casa para um congresso a ser realizado no dia 1º de janeiro. Ele também falou da expectativa em torno da discussão do projeto de lei que trata, entre outras medidas, da criação da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, que integra o pacote governamental enviado à Alepe.

CRISE CLIMÁTICA

O deputado João Paulo solicitou que seja inscrito nos anais da Alepe o artigo intitulado “Humanidade vive ameaça sem precedentes com pontos de não retorno disparados por crise do clima”. O texto, de autoria de Daniel Lawler e veiculado ontem pela Folha de S. Paulo, detalha um relatório científico apresentado durante a Conferência da

ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-28). Além de citar as conclusões do estudo, João Paulo alertou que as consequências catastróficas do colapso dos ecossistemas serão mais graves para a população vulnerável em todo o planeta.

ORDEM DO DIA

O Plenário aprovou, em Segunda Discussão, duas matérias voltadas ao controle de pragas no meio ambiente. A primeira proposta estabelece diretrizes para uso, comercialização e transporte de adubo orgânico em Pernambuco. De autoria do deputado Antônio Moraes (PP), a iniciativa busca livrar a produção pecuária de Pernambuco das infestações da chamada mosca dos estábulos (*Stomoxys calcitrans*) no Agreste Central e na Mata Sul.

Durante a tramitação, o Projeto de Lei (PL) nº 1196/2023 recebeu um Substitutivo da Comissão de Justiça e quatro emendas da deputada Débora Almeida (PSDB) a fim de



PARCERIA – José Patriota celebrou Pacto Pajeú Sustentável, que vai beneficiar trabalhadores de Afogados da Ingazeira

aprimorar o texto. Entre as regras aprovadas estão o armazenamento do adubo orgânico em embalagens hermeticamente fechadas, notificação aos órgãos de controle municipal e estadual quando do uso e documentação sanitária para transporte. Em caso de descumprimento da norma, o infrator poderá ser notificado e obrigado a pagar multas entre R\$ 1 mil e R\$ 50 mil.



DEBATE – Pastor Cleiton Collins convidou para evento promovido por comunidades terapêuticas de Pernambuco

A outra proposição acatada é um Substitutivo da Comissão de Justiça ao PL nº 804/2023, que trata da erradicação do peixe-leão (*Pterois volitans*) no litoral pernambucano. De iniciativa do deputado Álvaro Porto (PSDB), a matéria requer a atuação do poder público estadual na prevenção, monitoramento e controle da espécie marinha, que tem comportamento predatório e representa

uma ameaça ao ecossistema. Segundo a justificativa, o peixe-leão também traz risco à saúde humana, pois possui espinhos venenosos, o que pode comprometer as atividades de turismo e pesca no estado.

Em pauta para votação em Segunda Discussão, o PL que reestrutura o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (Sassepe) não foi votado por falta de quórum.

Finanças

Redistribuição do ICMS gera debate na Comissão de Assuntos Municipais

A proposta de redistribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) entre os municípios pernambucanos, encaminhada à Alepe pelo Poder Executivo no Projeto de Lei (PL) nº 1506/2023, gerou debate ontem entre deputados na Comissão de Assuntos Municipais. A iniciativa tem motivado discussões entre parlamentares, apesar de ter sido retirada de pauta no colegiado de Justiça, nesta semana, e ainda não ter entrado em votação.

O deputado Sileno Guedes (PSB) concordou que é preciso atualizar a distribuição do ICMS, mas

manifestou apreensão quanto à aprovação da medida sem debate com os gestores municipais. “Corremos o risco de aprovar e sermos cobrados depois, porque muitos prefeitos, que são os principais interessados, não sabem como vai ficar o orçamento”, argumentou. O deputado sugeriu a realização de uma audiência pública para esclarecer a proposta. “Precisamos concluir esse processo sem que restem dúvidas de nenhuma parte”, avaliou.

Relator da matéria na Comissão de Finanças, o deputado Lula Cabral (Solidariedade) criticou a fórmula apresentada pelo

Governo para recalcular o repasse do imposto. “39 municípios vão perder receita, e muitos prefeitos nem estão sabendo. O orçamento dessas cidades para 2024 está aprovado, como as prefeituras vão honrar os compromissos?”, questionou. “Pretendo notificar todos os municípios que terão redução nos valores de repasse. Se for para prejudicar um deles sequer, meu relatório não será favorável”, anunciou o parlamentar.

DEFESA DA PROPOSTA

Vice-líder do Governo, Joãozinho Tenório (Patriota) defendeu o projeto. “Existem municípios que

sofrem muito com o desequilíbrio da divisão atual. É um bolo que vai ser redistribuído: se alguém passa a ganhar um pedaço maior, outro vai perder”, observou o deputado. Ele defendeu o debate, mas demonstrou preocupação com o prazo para tramitação do projeto. “Todo diálogo é bem-vindo, o que peço é atenção à celeridade. Se a proposta não for aprovada, a perda dos municípios vai ser ainda maior”, apontou.

O presidente da Comissão de Assuntos Municipais, deputado José Patriota (PSB), comunicou que vai levar a sugestão de audiência públi-



COMISSÃO - Parlamentares divergiram sobre o projeto de lei encaminhado à Alepe pelo Poder Executivo

ca para a Presidência da Alepe. “Esse é um assunto de extrema importância, que envolve todo o Estado, todos os municípios e todos os deputados. Temos até dia 21 de dezembro para votar o PL e fazer os ajustes que forem necessários. Havendo boa vontade, vamos construir um entendimento a partir do diálogo”, afirmou.

LIMITES

Ainda na reunião, o colegiado aprovou o parecer técnico da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe-Fidem) sobre a remarcação dos limites territoriais entre os municípios de Alagoinha, no Agreste Central, e Venturosa, no Agreste Meridional.

A seção de notícias do Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Helena Castro de Alencar; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Haymone Leal Ferreira Neto; **Gerente de Imprensa e Site:** Edson Alves de Assis Junior; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem e edição das matérias:** André Zahar, Bruno Souza, Carolina Flores, Clarissa Falbo, Eliza Kobayashi, Felipe Marques, Gabriela Bezerra, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Ivanna de Castro, Rebeca Carneiro, Regina Guerra, Thiago Cavalcanti; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta, Paulo Pedrosa; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Alécio Nicolak Jr, Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br

Comissões aprovam projetos do pacote enviado pelo Governo

Entre as propostas acatadas, algumas beneficiam crianças e adolescentes no Estado

Quatro colegiados da Alepe aprovaram ontem projetos que integram o pacote enviado pela governadora Raquel Lyra na semana passada. A criação do Programa de Cuidados em Família Extensa, que prevê bolsa-auxílio à família que recebe a guarda de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade, foi aprovada nos colegiados de Educação, Saúde, Finanças e Administração Pública.

O benefício de um salário mínimo se aplica em situações de crianças e adolescentes afastados do convívio com os pais ou responsáveis, por decisão do Poder Judiciário. Nesses casos, os menores de idade são colocados sob o cuidado da família extensa ou ampliada - parentes próximos, por exemplo. A duração máxima do benefício é de 18 meses.

As comissões de Saúde, Administração Pública e Finanças também aprovaram o Programa Família Acolhedora Pernambucana. O objetivo é apoiar financeiramente os municípios que possuem serviços de acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por força de medida protetiva judicial.

A matéria prevê um aporte mensal de 5 mil reais ao município que aderir ao programa, recursos que devem ser investidos em equipes de proteção especial. Também há previsão de bolsa-auxílio, no valor de 70% do salário mínimo, às famílias inseridas no programa.

Outra proposição do pacote do Governo aprovada pelos colegiados de Finanças e de Administração Pública foi a que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo estadual. A matéria determina, entre outras alterações, a mudança de nome e de abrangência da Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado.



FOTOS: PAULO PEDROSA

PROJETOS – Colegiado de Administração Pública deu aval a propostas encaminhadas pelo Poder Executivo



PROTEÇÃO – Um dos projetos aprovados em Educação cria o Programa de Cuidados em Família Extensa

GESTÃO PRISIONAL

O presidente da Comissão de Administração Pública, deputado Joaquim Lira (PV), explicou a modificação proposta. “Ela deixa de ser uma secretaria executiva e passa realmente a ser uma secretaria política para compor o quadro do Estado. Será denominada Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, encampando as atribuições já da secretaria executiva, com o objetivo de aprimorar a gestão prisional com foco na segurança pública dentro do programa Juntos pela Segurança”, detalhou.

Outra modificação proposta no projeto é o desmembramento da Secretaria da Criança e da Juventude da atual pasta de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas. Os remanejamentos devem ajustar o organograma estadual ao Orçamento de 2024.

Nas comissões de Educação, Administração Pública e Finanças também foi aprovado o projeto que redefine as atribuições da Academia Integrada de Defesa Social do Estado, órgão de formação dos servi-

dores da segurança pública. Os mesmos colegiados aprovaram a matéria que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco a doar, com encargos, imóveis para a instalação de unidades de saúde e de educação em Caruaru, no Agreste Central.

A Comissão de Finanças - colegiado responsável pela avaliação do impacto financeiro das propostas - aprovou 30 dos 33 projetos do pacote do Poder Executivo que já haviam recebido o aval do Colegiado de Justiça.



PERMANENTE - Joaquim Lira detalhou as mudanças da nova Secretaria de Administração Penitenciária

Colegiados aprovam projetos sobre a discriminação nos estádios e o assédio a crianças

Outra matéria acatada foi a proposta de reajuste da Defensoria Pública do Estado

A Comissão de Segurança Pública da Alepe aprovou ontem projeto que busca tornar mais rigorosas as penalidades para quem praticar atos de racismo, LGBTfobia ou discriminação contra mulheres em estádios de futebol, ginásios esportivos e espaços semelhantes. A proposta foi aprovada nos termos de um substitutivo.

De autoria do deputado Joel da Harpa (PL), a matéria altera lei estadual de 2021 para inserir, no combate a atos de racismo e discriminação nos espaços esportivos, multas entre R\$ 500 e R\$ 1.000, se o infrator for pessoa física, e entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil, se for pessoa jurídica. Esses últimos somente podem ser responsabilizados se não comunicarem as ocorrências às autoridades.

ASSÉDIO

A criação de uma campanha estadual de combate ao assédio e à violência sexual contra crianças e adolescentes em locais de práticas esportivas está prevista em projeto de lei aprovado pela Comissão de Esporte. A iniciativa, do deputado Romero Albuquerque (União), foi aprovada com emenda modificativa da Comissão de Justiça.

Outro projeto que recebeu aval do colegiado disõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. De autoria do deputado Eriberto Filho (PSB), a matéria busca garantir que espaços de lazer e prática esportiva sejam adaptados às necessidades físicas e sensoriais da pessoa com autismo. A proposta foi aprovada com substitutivo da Comissão de Administração Pública.

COBRANÇAS

A Comissão de Educação foi marcada por ape-



FOTO: EVANE MANCO

SEGURANÇA – Colegiado deu aval à iniciativa que endurece as penalidades para discriminação



FOTO: EVANE MANCO

ESPORTE – Comissão ratificou criação de campanha de combate ao assédio na prática esportiva



FOTO: PAULO PEDROSA

EDUCAÇÃO – Reunião do grupo parlamentar foi marcada por apelos ao Governo de Pernambuco

los ao Governo do Estado. A deputada Rosa Amorim (PT) revelou ter recebido reclamações de estudantes da Universidade de Pernambuco (UPE) sobre atrasos no pagamento dos au-

xílios previstos no Programa de Acesso ao Ensino Superior. “Os estudantes relatam que estão de dois a três meses sem receber as bolsas e, por isso, nós achamos que seria impor-

tante fazer um pedido de informação ao Governo do Estado sobre as questões que envolvem principalmente a efetivação do calendário de cumprimento das bolsas de assistência e

permanência estudantil”, demandou.

Já o deputado Renato Antunes (PL) cobrou a liberação de recursos orçamentários destinados ao Programa Investe Escola.

O programa estadual disponibiliza verbas diretamente às unidades executoras da comunidade escolar para que sejam aplicadas em projetos pedagógicos, atividades educacionais, infraestrutura escolar, aquisição de materiais e outras despesas para a melhoria da educação. “O Investe Escola ainda não chegou, e a gente sabe que existe alguma burocracia orçamentária. O nosso pedido não é nem pra Educação, é para a Secretaria da Fazenda, que adiante isso, que esse pagamento seja feito ainda neste ano letivo de 2023, e que a gente não jogue para 2024, para que não haja problemas no início do ano letivo de 2024”, solicitou.

DEFENSORIA

A Comissão de Administração Pública aprovou o projeto de lei complementar que reajusta os vencimentos dos defensores públicos do Estado, com aumentos escalonados para os próximos três anos. A remuneração inicial da categoria, que atualmente é de R\$ 22.548, passará a ser R\$ 30.505 ao término do período. O defensor público-geral de Pernambuco, Henrique Seixas, que enviou o projeto ao Legislativo, esteve presente na reunião.

Os deputados do colegiado também aprovaram o substitutivo da Comissão de Justiça a outro projeto da Defensoria que tramita na Alepe, e que reforça a estrutura da instituição, com a criação de 100 novos cargos. O presidente da Comissão, deputado Joaquim Lira (PV), ressaltou que a criação dos cargos não implica aumento de despesa ao Poder Executivo, já que as custas resultantes da iniciativa são da própria Defensoria Pública.

Comissão de Cidadania realiza audiência pública para discutir ameaças ao direito de greve

Lideranças sindicais criticaram o excesso de decisões que julgam paralisações ilegais

A greve é uma garantia dos trabalhadores brasileiros prevista na Constituição de 1988, mas esse direito vem sendo ameaçado pela imposição de multas pesadas e cortes de dias parados. O alerta vem de sindicalistas presentes a uma audiência pública promovida ontem pela Comissão de Cidadania da Alepe.

A falta de segurança jurídica gerada pela indefinição dos tribunais quanto aos requisitos para uma greve ser considerada legal foi o foco da fala de André Barreto, da Comissão de Direito Sindical da OAB Pernambuco.

“O que queremos é termos segurança e uniformidade. Porém, no cenário aqui em Pernambuco, o processo grevista ser considerado lícito, legal ou não abusivo é a exceção. Quando a greve é judicializada, a regra, em quase 100% dos casos, é que a legalidade seja negada”, relatou o advogado.

Barreto sugeriu criar uma comissão de mediação prévia no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e que os desem-

bargadores também editem uma súmula interpretando os requisitos da Lei Geral de Greve.

SINDICALISTAS

Representantes de sindicatos ouvidos no debate apresentaram problemas como multas de valor elevado e concessão de liminares com proibição prévia de iniciar a paralisação. Também citaram a ocorrência de bloqueios de contas de entidades e de dirigentes e até a decretação de prisão de lideranças.

Paulo Rocha, presidente da CUT Pernambuco, acredita que decisões que impedem previamente a realização de greve, além de arbitrárias, colocam a população contra os trabalhadores. Ele pediu que seja criado um mecanismo para anistiar as multas dos sindicatos.

Ivete Caetano, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), lembrou que os dias parados não são repostos, em prejuízo, por exemplo, do cumprimento dos dias letivos dos estudantes.



RELATOS – Sindicalistas citaram liminares, multas e até prisão de lideranças grevistas

DIÁLOGO COM JUDICIÁRIO

A necessidade de melhorar o diálogo e de reforçar o papel de cada instituição no cumprimento dos acordos trabalhistas e da lei foi defendida por Suzi Rodrigues, superintendente regional do Ministério do Trabalho.

“O movimento sindical precisa estar fortalecido e cobrar do Ministério do Trabalho mais diálogo com os tribunais, para a gente provocar a mudança. Nunca tivemos na história desse país nenhuma lei que não fosse provocada pela classe trabalhadora”, observou.

A Audiência Pública teve ainda a participação de representantes do TJPE, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral do Estado e de parlamentares.

SUGESTÕES

A deputada Dani Portela (PSOL), que presidiu o evento, lembrou que fazer



ENCAMINHAMENTOS – Dani Portela e João Paulo sugeriram medidas práticas após o debate

greve já foi considerado crime, e a constitucionalização do direito foi fruto de muita luta. A parlamentar também reuniu as sugestões coletadas no debate, como a fixação de data base para servidores e a regulamentação do direito de greve no

serviço público, para que a assessoria da Comissão busque os encaminhamentos necessários.

“Estatisticamente, mais de 95% das greves nos últimos dez anos foram consideradas ilegais por alguma razão. A gente tem que abrir

canais de diálogo”, considerou a deputada.

Uma visita de sindicalistas e parlamentares ao Tribunal de Justiça também foi sugerida pelo deputado João Paulo (PT), com o objetivo de estreitar o diálogo dos trabalhadores com o Judiciário.



OAB – André Barreto pediu mais segurança jurídica para os movimentos grevistas



CUT – Paulo Rocha avalia que decisões judiciais colocam a população contra os trabalhadores

FOTOS: JARBAS ARAÚJO



DEMANDAS – Empresários de enoturismo e prefeitos da região se encontraram com deputados

Produtores de vinho do Vale do São Francisco pedem incentivo para o enoturismo

Audiência em Lagoa Grande reuniu políticos, empresários e representantes de instituições

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Alepe promoveu na terça-feira (5) uma audiência pública sobre a produção de uvas, vinhos e enoturismo. O evento ocorreu no distrito de Vermelhos, no município de Lagoa Grande, no Sertão do São Francisco. Na ocasião, a principal reivindicação apresentada pelos participantes foi o aumento do incentivo ao enoturismo na região, por meio da melhoria da infraestrutura e da atração de empreendimentos como hotéis e novas rotas aéreas.

A audiência foi comandada pelo presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Mário Ricardo (Republicanos). Também participaram do encontro o vice-presidente do colegiado, deputado Abimael Santos (PL); o deputado Jarbas Filho (MDB); o deputado estadual licenciado Antonio Coelho, que atualmente é secretário de Turismo do Recife; e o deputado federal Fernando Monteiro (PP), além de lideranças locais e da sociedade civil.

Para o empresário Jorge Garziera, ex-prefeito de Lagoa Grande e pioneiro na produção de vinhos da região, o incentivo ao enoturismo (que é o turismo



INFRAESTRUTURA – Jorge Garziera reivindicou a atração de investimentos para fomentar o enoturismo

voltado para vinícolas e regiões produtoras de vinho) ajuda a movimentar vários serviços da economia local. “Ele agrega muitos serviços que estão dentro do nosso dia a dia. A gente precisa de faxineira, precisa de cozinheiros, precisa de pessoal em hotéis, em vans, ar condicionado... A gente precisa de gente que mexe com a vida do turista”, explicou.

Garziera também acredita que, devido à possibilidade de produção de vinhos durante todo o ano, o Vale do São Francisco tem um diferencial em re-



UNIÃO – Vilmar Cappellaro defendeu parcerias para aumentar o turismo no Vale do São Francisco

lação às outras regiões produtoras de vinho do mundo. “Nós somos uma região insuperável. Temos uma capacidade e uma condição de fazer o que os outros não têm, porque a gente faz uvas, vinhos, sucos, mostos, frisantes, espumantes, todos os dias do ano. O nosso turista vem aqui e em uma semana ele vê um ano”, ressaltou.

PARCERIAS E INCENTIVOS

De acordo com o prefeito de Lagoa Grande, Vilmar Cappellaro, o fomento ao enoturismo na região depende de parce-

rias entre o setor público e a sociedade civil. “Essa união se dá entre trabalhadores, empresários e o Sistema S, e nós acreditamos que cada vez mais haja engajamento nesse contexto. Nós conseguimos envolver todos os segmentos dentro de Lagoa Grande, principalmente as famílias, pela necessidade, pelas perspectivas e pelas oportunidades que isso pode trazer”, detalhou.

Neste sentido, o deputado federal Fernando Monteiro afirmou que vai destinar 4,5 milhões de reais em emenda parlamen-



INCENTIVO – Mário Ricardo se comprometeu a levar as demandas apresentadas ao Parlamento

tar para a criação de um parque no distrito de Vermelhos. Por sua vez, o deputado Jarbas Filho noticiou o início da coleta de assinaturas para a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Enoturismo na Alepe.

O deputado licenciado e secretário de Turismo do Recife, Antonio Coelho, destacou a necessidade de ampliar as conexões entre o Vale do São Francisco e as outras partes do Brasil. Ele salientou que atualmente apenas uma companhia aérea opera voos de linha no aeroporto de Petrolina,

o principal da região. Ele também cobrou isenção de ICMS para empresas aéreas que operam dentro do Estado e mais investimento na promoção turística da área.

Segundo o presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Mário Ricardo, após a escuta dos atores da cadeia do enoturismo, as demandas serão levadas ao Parlamento para viabilizar os investimentos necessários. “Aqui nós temos já o principal atrativo, que é a uva, que é o vinho. Precisa agora de incentivo para que hotéis cheguem à região, para que a infraestrutura chegue à região, para poder efetivamente fazer com que essa região se torne um destino turístico. O potencial tem, e agora é preciso o investimento”, salientou. Ele também se comprometeu a levar a questão da baixa oferta de voos para Petrolina ao ministro de Portos e Aeroportos, o pernambucano Silvio Costa Filho.

Também participaram do encontro o superintendente da Sudene, Danilo Cabral, prefeitos e vereadores da região e representantes de órgãos como Sebrae, Senac, Fiepe, Governo de Pernambuco, entre outros.

Com serviços de saúde e cidadania, Programa Alepe Cuida desembarca em Carpina

Iniciativa oferece gratuitamente à população atendimento médico e odontológico

Depois de Ipojuca, a cidade de Carpina (Mata Norte) recebeu ontem mais uma etapa do programa 'Alepe Cuida'. A iniciativa, que segue com atendimentos gratuitos até esta quinta-feira (7), tem como objetivo percorrer todo o Estado com serviços de saúde, além de ações de autocuidado, bem-estar social e promoção da cidadania.

Na cidade, o atendimento vai das 8h às 16h, e conta com uma estrutura montada entre as praças dos Emancipadores e a José Otávio. O agendamento das consultas e serviços pode ser feito pelos telefones: (81) 3183-2424 e (81) 3183-2026.

Entre os serviços oferecidos à população, estão consultas médicas e odontológicas, exames de mastologia, dermatologia, oftalmologia, mamografia, ultrassonografia (mamária, próstata e transvaginal), citologia, exames laboratoriais, incluindo PSA

(exame de sangue de próstata) e ambulatório do pé diabético.

PERTO DA POPULAÇÃO

“Hoje estamos aqui na segunda etapa do 'Alepe Cuida' no interior. É um movimento que mostra a Assembleia Legislativa se aproximando da população para trazer esses serviços de cidadania e saúde. Agradeço a todos os nossos parceiros que estão nos ajudando a fortalecer esse programa”, ressaltou o primeiro-secretário da Alepe, o deputado Gustavo Gouveia (Solidariedade), que esteve na ação.

“Esse programa auxilia as pessoas que estão precisando de consultas e exames médicos. Vim aqui hoje, pois estou há três anos precisando de um teste oftalmológico. Essa será a chance de fazê-lo”, disse a estudante Jaciele Gomes.

Além disso, há emissão de carteira de identidade e registros de nascimento, ações de educação no trã-



PRESEÇA – O deputado Gustavo Gouveia prestigiou ontem a ação em Carpina

sito e demais serviços. Por meio da Agência do Trabalho, os participantes vão receber orientações sobre elaboração de currículo e cadastramento para emprego. Já a Neoenergia disponibiliza uma unidade itinerante para atendimento ao público.

“Estamos oferecendo um pré-cadastro para os trabalhadores que estão em busca de um novo emprego e, assim que houver uma vaga disponível, vamos convocar o candidato. Além

disso, há um serviço de tira-dúvidas sobre a Carteira de Trabalho”, ressaltou o agente de intermediação da Agência do Trabalho Delhermano Carneiro.

“Estou em busca dos serviços oferecidos pela Defensoria Pública e pelo Detran. Se der, farei também os exames preventivos. Espero que o 'Alepe Cuida' volte mais vezes a Carpina, pois é uma iniciativa muito importante para população”, afirmou o almoxarife Iran Severo.

INICIATIVA

Lançado na semana passada em Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife, o 'Alepe Cuida' é coordenado pela Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional (SSMO) da Alepe, em parceria com prefeituras e Governo do Estado, Defensoria Pública, Fecomércio (Sesc e Senac), Agência do Trabalho, Neoenergia e as Fundações Altino Ventura e Alcides Teixeira.

“É muito importante trazer o 'Alepe Cuida' para os municípios. Há uma procura grande da população por esses serviços que oferecemos. A ideia é tomar conta das pessoas e mostrar que a Assembleia está próxima e preocupada com o bem-estar do povo pernambucano”, disse o superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional da Alepe, Wildy Ferreira.

O próximo município a ser atendido pelo programa será Vitória de Santo Antão (Mata Sul), nos próximos dias 12 e 13 de dezembro. Ao longo de 2024, mais cidades pernambucanas serão contempladas.

De acordo com o presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto (PSDB), o programa foi pensado para atender os pernambucanos. “A grande procura por serviços de saúde ofertados pela Assembleia nos projetos executados pela Superintendência de Saúde indica que a Casa acerta ao disponibilizar atendimento médico à população. Com o 'Alepe Cuida', estamos ampliando essas ações para o interior do Estado”, informa.



SERVIÇOS – O programa vai circular também por várias cidades do Estado em 2024



CIDADANIA E SAÚDE – Atendimentos são disponibilizados de graça aos pernambucanos

FOTOS: NANDO CHIAPPETTA

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco (art. 176), a educação visa a preparar o educando para o trabalho e torná-lo consciente para o pleno exercício da cidadania e para a compreensão histórica de nosso destino como povo e nação. Considerada como direito de todos e dever do Estado e da família, ela deve ser baseada nos fundamentos da justiça social, da democracia e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais.

Diante da relevância do direito à educação no Estado de Pernambuco, o Projeto de Lei em análise tem por objetivo instituir a Política Estadual de Incentivo ao Protagonismo das Mulheres na Ciência, com o objetivo de promover a valorização das mulheres cientistas, combater a desigualdade de gênero, e estimular as meninas e adolescentes em formação a investirem na carreira científica.

Entre as diretrizes propostas para fomento dessa política, destacam-se: enaltecer a trajetória profissional e a contribuição científica, no âmbito nacional ou internacional, das cientistas brasileiras; estimular a concessão de bolsas de iniciação científica e de pesquisa para mulheres; defender o acesso prioritário à creche dos filhos de mães estudantes, no mesmo turno de estudo e em unidade mais próxima à instituição de ensino; e promover a valorização das cientistas nas áreas de ciências humanas e sociais, bem como a igualdade de participação de mulheres na área de ciências exatas e tecnológicas.

A partir da análise do texto normativo proposto, observa-se que a iniciativa de criar a Política Estadual de Incentivo ao Protagonismo das Mulheres na Ciência fomenta o amadurecimento da educação pernambucana, por meio da valorização das mulheres cientistas, combate à desigualdade de gênero e fomento ao interesse pela carreira científica em meninas e adolescentes.

Considerando o exposto, esta relatoria opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1320/2023.

3. Conclusão da Comissão

Com base no parecer fundamentado do relator, este Colegiado considera que o Projeto de Lei Ordinária No 1320/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, está em condições de ser aprovado.

Sala de Comissão de Educação e Cultura, em 06 de Dezembro de 2023

Waldemar Borges

Presidente

Favoráveis

Waldemar Borges
Rosa Amorim**Relator(a)**

Renato Antunes

PARECER Nº 002287/2023

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1375/2023

Comissão de Educação e Cultura

Origem: Poder Legislativo

Autoria: Deputado João Paulo

Parecer ao Projeto de Resolução nº 1375/2023, que submete a indicação da Caminhada dos Terreiros para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco. Atendidos os preceitos legais e regimentais. **No mérito, pela aprovação.**

1. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Resolução no 1375/2023, de autoria do Deputado João Paulo.

Quanto ao aspecto material, a proposição em questão visa a submeter a indicação da Caminhada dos Terreiros para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco.

Em observância ao disposto no art. 348 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para exame dos aspectos constitucionais, legais e regimentais, sendo aprovada. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

2. Parecer do Relator

A proposição em análise visa a submeter a indicação da Caminhada dos Terreiros para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco junto à Secretaria Estadual de Cultura, nos termos da Lei nº 16.426, de 27 de setembro de 2018, que institui o Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial no âmbito do Estado de Pernambuco.

A Caminhada dos Terreiros é uma manifestação cultural e religiosa que, desde 2007, percorre as ruas do centro do Recife, até chegar ao Pátio de São Pedro, no bairro de São José, sob a coordenação da Rede de Articulação da Caminhada dos Terreiros de Pernambuco (Rede ACTP), com vistas à construção de agendas políticas com reconhecimento de direitos e combate a intolerância religiosa direcionada contra os povos de terreiro.

Desde então, tradicionalmente, no mês de novembro, diversos terreiros participam da caminhada, a fim de expressar suas lutas históricas contra o preconceito, além de trazer para o debate denúncias de violações do direito de liberdade religiosa, discriminação e racismo.

O Evento agrega religiosos de diferentes credos, movimentos sociais e políticos que expressam expectativas sobre a atuação do Estado, no sentido de frear a intolerância às religiões de matrizes africanas e promover políticas públicas, de acordo com os preceitos do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que em seu Capítulo III regulamenta o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício em relação aos cultos religiosos de matriz africana.

Podemos concluir, portanto, que a obtenção do Registro de Patrimônio Imaterial e Cultural de Pernambuco tem o mérito de reconhecer a relevância da Caminhada dos Terreiros, como representação coletiva que busca a igualdade de direitos, o combate ao racismo e o respeito às religiões de matrizes africanas.

Considerando o exposto, esta relatoria entende que o Projeto de Resolução nº 1375/2023 está em condições de ser aprovado por este colegiado técnico.

3. Conclusão da Comissão

Com base no parecer fundamentado do relator, este Colegiado considera que o Projeto de Resolução no 1375/2023, de autoria do Deputado João Paulo, está em condições de ser aprovado.

Sala de Comissão de Educação e Cultura, em 06 de Dezembro de 2023

Waldemar Borges

Presidente

Favoráveis

Waldemar Borges

Rosa Amorim**Relator(a)**

PARECER Nº 002288/2023

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1497/2023

Comissão de Educação e Cultura

Origem: Poder Executivo

Autoria: Governadora do Estado

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1497/2023, que institui o Programa de Cuidados em Família Extensa, destinado a crianças e adolescentes que estejam em situação de violação de direitos ou de risco social e pessoal, para a colocação em família extensa ou ampliada. Atendidos os preceitos legais e regimentais. **No mérito, pela aprovação.**

1. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei Ordinária nº 1497/2023, encaminhado pela Governadora do Estado de Pernambuco, por meio da Mensagem nº 44, de 20 de novembro de 2023.

Quanto ao aspecto material, o Projeto de Lei Ordinária em questão visa a instituir o Programa de Cuidados em Família Extensa, destinado a crianças e adolescentes que estejam em situação de violação de direitos ou de risco social e pessoal, para a colocação em família extensa ou ampliada.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo recebido parecer favorável quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposição, que tramita sob o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

2.1. Análise da Matéria

O projeto de Lei em questão institui o Programa de Cuidados em Família Extensa, destinado a crianças e adolescentes que estejam em situação de violação de direitos ou de risco social e pessoal, que exigem o afastamento do convívio com seus genitores ou responsáveis. A proposição demonstra preocupação com as crianças e adolescentes, buscando resguardar sua segurança e afetividade por meio da colocação em família extensa ou ampliada, que possa executar suas atribuições de forma plena, solidária e digna.

A proposição estabelece o pagamento de subsídio, denominado Bolsa-Auxílio, para auxiliar no custeio de despesas geradas com os cuidados das crianças e adolescentes acolhidos. Nos termos da proposição, a família receberá um salário-mínimo para cada criança ou adolescente, sendo que para a segunda criança ou adolesecbte o valor será de 80% (oitenta por cento) do valor de uma Bolsa-Auxílio e para a terceira criança ou adolescente o montante4 será de 50% (cinquenta por cento) do valor de uma Bolsa de Auxílio.

O Programa ainda estabelece regramento para inclusão e permanência, recebimento e manutenção do benefício, nos seguintes termos:

“Art. 5º São requisitos para a inclusão da criança e/ou do adolescente beneficiário deste Programa:

I - a existência da situação de vulnerabilidade e risco à criança ou ao adolescente e a consequente necessidade de afastamento imediato do convívio familiar;

II - a avaliação técnica por equipe estadual do Programa com a colaboração de equipe do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), de acordo com o território de abrangência da família, a fim de analisar as condições da família que é potencial guardiã;

III - a inscrição da família de origem e da potencial família guardiã no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), caso atendam aos requisitos de inscrição;

IV - a comprovação de domicílio e residência da potencial família guardiã ser no Estado de Pernambuco; e

V - a concessão da guarda da criança ou do adolescente, pelo Poder Judiciário, à família guardiã.

Parágrafo único. Os beneficiários do Programa de Cuidados em Família Extensa serão prioritariamente oriundos dos Municípios de pequeno porte I e II.

Art. 6º São requisitos para o recebimento e a manutenção do subsídio denominado Bolsa-Auxílio:

I - o compromisso da família guardiã em prestar assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente;

II - a matrícula e a frequência escolar da criança ou do adolescente beneficiário do Programa igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na rede regular de ensino, desde a pré-escola até a conclusão do ensino médio;

III - a manutenção do quadro de vacinação da criança ou do adolescente beneficiário atualizado, assim como a garantia da regularidade de seu acompanhamento médico, odontológico e em outras especialidades médicas, de acordo com as necessidades da criança ou do adolescente;

IV - a utilização da Bolsa-Auxílio exclusivamente para suprir as necessidades da criança ou do adolescente, garantindo-lhes, assim, o seu pleno desenvolvimento; e

V - a realização do acompanhamento familiar nas unidades públicas de assistência social.”

A presente iniciativa é relevante, uma vez que rompe com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes, fortalece a busca de proteção integral e a preservação dos vínculos familiares e comunitários, buscando o melhor interesse destinado a esse público. Podemos concluir, portanto, que o “Programa de Cuidados em Família Extensa” prioriza os direitos inerentes às crianças e adolescentes, privilegiando o vínculo afetivo e comunitário.

Considerando o exposto, esta relatoria opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 1497/2023.

3. Conclusão da Comissão

Com base no parecer fundamentado do relator, este Colegiado considera que o Projeto de Lei Ordinária no 1497/2023, de autoria da Governadora do Estado, está em condições de ser aprovado.

Sala de Comissão de Educação e Cultura, em 06 de Dezembro de 2023

Waldemar Borges

Presidente

Favoráveis

Waldemar Borges
Rosa Amorim

Renato Antunes**Relator(a)**

PARECER Nº 002289/2023

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1501/2023

Comissão de Educação e Cultura

Origem: Poder Executivo

Autoria: Governadora do Estado

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária nº 1501/2023, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER a doar, com encargo, ao Estado de Pernambuco os imóveis que indica. Atendidos os preceitos legais e regimentais. **No mérito, pela aprovação.**

1. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei Ordinária nº 1501/2023, encaminhado pela Governadora do Estado de Pernambuco, por meio da Mensagem nº 48, de 20 de novembro de 2023.

Quanto ao aspecto material, o Projeto de Lei Ordinária em questão visa a autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER a doar, com encargo, ao Estado de Pernambuco os imóveis que indica.

Em observância ao disposto no art. 220 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tendo recebido parecer favorável quanto aos quesitos de admissibilidade, legalidade e constitucionalidade.

Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposição, que tramita sob o regime de urgência.

2. Parecer do Relator

2.1. Análise da Matéria

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco (art. 176), a educação visa a preparar o educando para o trabalho e torná-lo consciente para o pleno exercício da cidadania e para a compreensão histórica de nosso destino como povo e nação. Considerada como direito de todos e dever do Estado e da família, ela deve ser baseada nos fundamentos da justiça social, da democracia e do respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais.

A nossa Carta Magna também estabelece que o Estado tem o dever de garantir a todos a participação no processo social da cultura, protegendo as manifestações de cultura popular, de origem africana e de outros grupos participantes do processo da civilização brasileira, bem como respeitando as culturas indígenas em seu caráter autônomo.

Para tanto, é fundamental que o Poder Público adote medidas que promovam a educação e a cultura, pilares indispensáveis para a superação das desigualdades e para a promoção da cidadania.

Diante de tal contexto, o projeto em questão visa autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER a doar, com encargo, ao Estado de Pernambuco, 4 (quatro) imóveis, para a instalação e funcionamento de unidades de saúde e escolares, nos seguintes termos:

“Art. 1º Fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER autorizado a doar, com encargo, ao Estado de Pernambuco, os imóveis integrantes de seu patrimônio registrados sob as matrículas nº 14.600, 14.601, 14.602 e 14.603 no 2º Registro de Imóveis de Caruaru, situados na Avenida José Rodrigues de Jesus, ramal subsidiário da BR 232, Município de Caruaru, neste Estado.